


# ARQUEOLOGIA, URBANISMO, IDEOLOGIA E DESTRUIÇÃO: A LIBERAÇÃO DA ROMA REPUBLICANA E IMPERIAL NA NOVA CAPITAL ITALIANA E NO GOVERNO DE MUSSOLINI

RODRIGO ESPINHA BAETA\*  
JULIANA CARDOSO NERY\*\*

rodrigo.espinha.baeta@gmail.com  
jcnery19@yahoo.com.br

 10.64082/phs.2024.02.4.2

## RESUMO

Este artigo avalia os danos sofridos na paisagem urbana de Roma, até o final do período fascista, a partir das intervenções praticadas em nome da liberação de áreas arqueológicas remanescentes da cidade republicana e imperial: as escavações do Fórum Romano, a liberação da Colina do Campidoglio, a abertura da Via dell'Impero e as escavações dos Fóruns Imperiais.

**Palavras-Chave:** Roma; Arqueologia;  
Paisagem-urbana; Mussolini.

## ABSTRACT

***Archaeology, urbanism, ideology and destruction: the liberation of republican and imperial Rome in the new Italian capital and under Mussolini's government***

*This article discusses the damage suffered by the urban landscape of Rome, up until the end of the Fascist period, based on the interventions carried out in the name of liberating the archaeological areas remaining from the republican and imperial city: the excavations of the Roman Forum, the liberation of the Campidoglio Hill, the opening of the Via dell'Impero and the excavations of the Imperial Forums.*

**Keywords:** Rome; Archaeology, Urban-Landscape, Mussolini.

\* Arquiteto Urbanista (Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG), Mestre e Doutor pelo PPG-AU UFBA. Professor da FAUFBA e do PPG-AU UFBA.

\*\* Arquiteta Urbanista (Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG), Mestre e Doutora pelo PPG-AU UFBA, Estágio de Doutorado junto à *Università degli Studi di Roma, La Sapienza*. Docente da FAUFBA, do PPG-AU UFBA e MP-CECRE UFBA.

### **ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVIII, A ROMA**

papal afirmaria sucessivamente seu dinâmico equilíbrio cenográfico através da inclusão, em seu sítio, de inúmeros eventos dramáticos de forte apelo persuasivo. A cidade consolidada, mas demográfica e economicamente paralisada, manteria sua imponente paisagem barroca até o último quartel dos anos mil e oitocentos.

Contudo, este equilíbrio sofreria um forte impacto após a cidade ser declarada capital da Itália, em 1871. Na ocasião, a cidade – como pouco mais de 200.000 habitantes – guardava toda sorte de problemas que seriam denunciados pelos profissionais ligados à nascente disciplina do urbanismo.

Estas “patologias” deveriam ser “curadas” na nova capital, que crescia vertiginosamente, pelas ações de saneamento, higiene, trânsito e também em nome da história – entendendo-se por “história” a escavação e o isolamento de sítios arqueológicos e monumentos clássicos.

A tônica das primeiras intervenções estaria quase sempre vinculada aos desventramentos (*sventramenti*) realizados nas áreas mais delicadas da cidade. Tinham como objetivo alargar trechos de ruas preexistentes, reunindo-os a seguimentos viários que brotavam da eliminação de inúmeros edifícios ou de inteiras quadras, bem como a abertura de vias retilíneas, bem mais largas que aquelas que se concebiam em épocas passadas. Todas as iniciativas recairiam, inevitavelmente, na perda de trechos importantíssimos da cidade e na fragmentação da paisagem urbana ancestral.

Da mesma forma, já nos anos 1870 decide-se implementar uma série de intervenções para conter as cheias do Rio Tevere – que corta o centro urbano. Rapidamente foram iniciados os trabalhos da nova sistematização do rio através da regularização de seu leito, da construção de altos arrimos (os *muraglioni* do Tevere, com 17 m de altura) e a abertura das vias em suas margens (os *lungoteveri*) – intervenções que causaram um grande trauma para a paisagem urbana tradicional, já que as margens do rio eram ocupadas, em quase toda a sua extensão, por uma edificação popular e pitoresca, completamente dizimada.

Contudo, estes não foram os piores traumas que afetaram a paisagem da nova capital italiana. Na verdade, uma nova “onda” de intervenções demolidoras apareceria no segundo quartel do século XX. Desta vez as iniciativas recairiam sobre Benito Mussolini, que governou a Itália de 1922 a 1943. As palavras proferidas pelo Duce em 1925, por ocasião da posse do *governatorato* de Roma, deixavam claras suas pretensões e o mecanismo para alcançá-las: transformar a “Cidade Eterna” em um palco adequado para a nova ideologia fascista:

As minhas ideias são claras, as minhas ordens são precisas e estou certo que se tornarão uma realidade concreta. Daqui a cinquenta anos Roma deve aparentar maravilhosa a todas as pessoas do mundo: vasta,

ordenada, potente, como foi nos tempos do primeiro império de Augusto. Vocês continuarão a liberar o tronco do grande carvalho de tudo o que ainda o estrangula. Vocês farão várias aberturas em torno ao Teatro di Marcello, ao Campidoglio, ao Pantheon; tudo aquilo que foi edificado nos séculos de decadência deve desaparecer. [...] Os monumentos milenares da nossa história devem aginatar-se na necessária solidão.” (Mussolini, 1925, *apud* Cederna, 2006, p. 56 – tradução nossa).

Mais do que o saneamento e a higiene – pretextos usados constantemente para justificar a destruição impiedosa de inteiros bairros medievais, renascentistas e barrocos – Mussolini objetivava a completa transformação da cidade através da noção de aliar a modernidade que seu regime pressupunha, com a tradição que lhe interessava. Frequentemente os novos eixos abertos para a circulação não apresentariam qualquer edifício assentado em toda sua extensão em nome da construção de uma imagem supostamente nobre e grandiloquente, principalmente quando estas vias nasciam margeando ou interrompendo vastas áreas arqueológicas e monumentos antigos – caso da mais celebrada avenida traçada por Mussolini, a Via dell’Impero (hoje Via dei Fori Imperiali); da Via del Mare, que circulava a Colina do Campidoglio e o Teatro Marcello; ou mesmo da Via del Circo Massimo, corredor de tráfego que passaria acima do vazio que por séculos teria acolhido a imensa estrutura da Roma antiga.

Segundo Sanfilippo (Sanfilippo, 1993, p. 37), os mecanismos de intervenção baseados na tábula rasa eram herdeiros diretos das iniciativas que assaltaram o núcleo urbano nos cinquenta anos anteriores, e também sucessores das principais ações de renovação de muitas capitais europeias, iniciativas empreendidas antes da declaração de Roma como capital da Itália:

A cultura do tempo propõe (e Mussolini prescreve) desventramentos (*sventramenti*), demolições, rareamentos (*diradamenti*) e novos e enormes eixos viários nos *rioni* e nos bairros. [...] Todas estas intervenções atropelam centenas de hectares urbanizados e são sempre a consequência lógica de um antigo retardamento cultural em relação à disciplina do urbanismo; são o resultado da combinação de velhos erros. É, contudo, um fenôme-

no decididamente fascista a radicalização indiscriminada das intervenções sob um duplo impulso ideológico: aquele do saneamento higiênico e aquele do “fazer grande” (Sanfillipo, 1993, p. 37-38, Tradução nossa).

O conceito do Duce de “fare grande”, assim como o seu princípio de “fare largo” (algo como “fazer espaçoso”), não poderiam ser compreendidos desvinculados do uso que naqueles tempos se fez da arqueologia como instrumento ideológico do regime. Na verdade, o grupo fascista foi acometido por uma folia romanista baseada no pressuposto de que havia uma absoluta congruência entre a nova ordem italiana e a grande civilização romana imperial, como fica claro nas palavras proferidas por Mussolini em 1934: “Depois da Roma dos Césares, depois daquela dos Papas, existe hoje uma Roma, a fascista, cuja simultaneidade do antigo com o moderno, se impõe à admiração do mundo” (Mussolini, 1934, *apud* Cederna, 2006, p. 72 – tradução nossa).

Para os seguidores de Mussolini, o Primeiro Ministro teria resgatado a Itália de séculos de decadência; obscurantismo representado por todo arco temporal que se desenlaça da queda do Império Romano até a Marcha sobre Roma em 1922: realidade histórica “sórdida” que atravessaria a Idade Média, passaria pelo Renascimento, pelo Barroco, e alcançaria até mesmo o Iluminismo.

Mussolini teria reconquistado a dignidade e principalmente a grandeza para a península; uma grandeza imperial só comparável àquela devida ao remoto passado que deveria ser desenterrado, que precisava novamente aflorar – a Roma dos césares. Portanto, para a Itália fascista, Roma volta a ser a luz, a capital da nova ordem imperial – e em breve, mais uma vez, civilizadora e dominadora do mundo. E para afirmar sua majestade era impositivo seu renascimento urbano através da implantação de um desenho revolucionário que revelasse a congruência entre herança da antiga civilização latina com o novo regime redentor; a aliança entre a Roma de Augusto e dos governantes que o sucederam, e aquela de Mussolini e dos fascistas. Para isso, os monumentos que representavam a era imperial romana deveriam “agigantar-se na necessária solidão” (Mussolini, 1925, *apud* Cederna, 2006,

p. 56); deveriam reinar absolutos em meio a uma vasta estrutura urbana reformulada. Todo o “entulho” que ofendesse a verdadeira história do povo italiano, ou seja, o acervo arquitetônico e o tecido urbano levantados nos “séculos de decadência”, precisava desaparecer em nome da ordem e da decência. As consequências foram desastrosas:

O fato que em Roma, como em qualquer outra cidade, entre os monumentos antigos e o presente ao invés de água ou terra ou lava, existisse no meio simplesmente a história, foi considerado, ao contrário, circunstância irrelevante. Foi um equívoco despropositado. A arqueologia foi forçada a transformar-se em urbanismo, o urbanismo em trabalho de escavação: os arqueólogos improvisados como urbanistas e os urbanistas improvisados como arqueólogos, alucinados por uma única fixação, aquela de eliminar cada diafragma entre a Antiguidade e o próprio fanatismo, desenvolvendo uma espécie de olho radiográfico apontado exclusivamente para a ruína escondida, completamente cegos para os bairros renascentistas ou a igreja barroca que a cobria. A admirável estratificação dos séculos (aqueles “séculos de decadência” que precisavam ser “removidos” do caráter e da história dos italianos), isto é a Roma medieval, renascentista, barroca, neoclássica, foi considerada na mesma medida que um depósito aluvionário que deveria ser extraído e peneirado. Baseado nestas premissas, que negavam os princípios da cultura urbanística e arqueológica moderna, a reexumação da romanidade se reduziu a uma miserável recuperação de ossos calcinados e dentes cariados, destinados a serem submersos pelo asfalto, pelo tráfico e pela especulação, enquanto a Roma moderna se transformava em um esqualido e inumano subúrbio. Como na abertura de um antigo sepulcro os ossos viram pó, assim os desventramentos não restituíram, para a antiga Roma, mais do que fantasmas e escombros (Cederna, 2006, p. 79 – Tradução nossa) .

Esta noção do isolamento dos monumentos desenvolvida pelos agentes da arquitetura, da arqueologia e do urbanismo que buscavam apoio no ditador, ignorava completamente a necessária relação que todo edifício guarda com o seu contexto. Além disso, estes técnicos não compreendiam que a grandeza da paisagem romana – que segundo Norberg-Schulz (Norberg-Schulz, 2007, p. 140)

era herdeira da época imperial e que persistia inalterada no período barroco – residia exatamente na relação de intimidade alcançada pelos pitorescos quarteirões e ruas estreitas do núcleo urbano em seu confronto direto com os majestosos monumentos que sempre apareciam diluídos no cenário. Sem esta intermediação da “moldura” vernácula dos bairros populares, os edifícios ligados às esferas de poder perderiam sua escala grandiosa e seu contraste estilístico – oriundo do confronto entre a linguagem rica e inovadora dos monumentos com o tratamento simples e básico das construções ordinárias. Mas Mussolini nutria um verdadeiro ódio ao que chamava de “pitoresco imundo” e só poderia destinar a ele “Sua Majestade, a Picareta”:

É isto que nós estamos fazendo há dez anos. O todo pitoresco imundo eu confio Sua Majestade, a Picareta. Todo este pitoresco está destinado a ruir e deve ruir em nome da decência, da higiene, e até da beleza da capital (Mussolini *apud* Cederna, 2006, p. 70 – Tradução nossa).

Portanto, como coloca Cederna (2006), a arqueologia tomou a frente das principais intervenções urbanas, sempre com o objetivo de escavar, liberar e isolar os monumentos mais significativos, das construções que lhes ocultassem ou prejudicassem a leitura, mesmo que o processo acarretasse na pulverização de inteiros bairros históricos.

Na realidade, esta ideia do isolamento dos sítios e dos monumentos antigos compreendidos como estruturas mais significativas no confronto com o tecido urbano medieval, renascentista, barroco que lhes sobrepunha, não era exatamente uma novidade para a cidade de Roma. Insolera e Perego revelam como já em 1870, dois meses após a invasão de Roma pelas tropas italianas propondo o fim do regime do Estado da Igreja, uma comissão de arquitetos e engenheiros nomeada pela junta provisória de governo já acenava para a ideia da liberação e isolamento de monumentos:

Critério geral ao qual a comissão se inspirava era aquele então recorrente que a cidade existente era substancialmente feia e que deveria ser “embelezada”: por isso se propunham “em torno aos principais monumentos todas aquelas demolições que concorrem a dar-lhes maior imponência” e “também de fazer ressaltar-lhes a beleza artística, envolvendo-os com

deliciosos jardins”. É sobretudo assim que se pensa: e uma vez que são considerados como elementos panorâmicos, mesmo os edifícios arruinados são interpretados como adorno, como objeto a inserir em um novo contexto e neste serem julgados (Insolera, Perego, 1999, p. 5 – Tradução nossa).

### **ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO I: AS ESCAVAÇÕES NO CAMPO VACINO PARA A LIBERAÇÃO DO FÓRUM ROMANO REPUBLICANO**

O centro da Roma antiga, tanto a republicana como a imperial, não coincidia com o da cidade medieval, nem com o da Roma barroca. As áreas remanescentes das praças monumentais, seja o Fórum Romano, ou mesmo os Fóruns Imperiais – edificadas adjacentes e contíguas –, transformaram-se em áreas periféricas da cidade com o decorrer do Medievo, situação que perduraria ininterruptamente até o século XIX. Ainda no final da idade média eram trechos desolados fora da própria cidade, da aérea habitada (que terminava na Colina do Campidoglio), vazios pontuados por algumas ruínas soterradas de edifícios romanos (basílicas, templos, arcos do triunfo, colunas), encobertas pelos sedimentos que se depositaram no vale entre as Colinas do Campidoglio, do Palatino, do Esquilino e do Viminale, degradados e mutilados por séculos de pilhagem e pelos graves terremotos e inúmeras cheias que assaltaram o núcleo urbano por diversas vezes.

Em meados do Cinquecento, a zona arqueológica à nordeste, ao pé das encostas dos Montes Quirinale e Viminale, área que guardava a herança dos Fóruns Imperiais através das ruínas dispersas de vestígios dos antigos edifícios encobertos, foi saneada com a reabertura da Cloaca Massima, e loteada pelo cardeal Alessandrino – após tê-la aterrado para viabilizar a implantação de novos quarteirões.

Na segunda metade do Cinquecento a Cloaca Massima é restituída à sua função e é seca a zona dos Orti dei Pantani, sobre os restos dos Fóruns de Trajano, Augusto, Nerva. São sucedidos grandes trabalhos de aterramento (em certos pontos o transporte de terra supera os 3 m) por impulso do cardeal Michele Bonelli (sobrinho de Pio V Ghislieri) conhecido como o cardeal Alessandrino, do qual herdaram o nome duas das principais vias deste

“bairro”: Via Alessandrina e Via Bonella. Depois a zona inteira é loteada entre 1585-1587 com uma implantação viária bastante regular, enquanto compatível com as ruínas das grandes obras imperiais. Em breve a zona é ocupada por numerosos habitantes modestos, porque é insalubre e pouco atraente aos grandes palácios nobiliários. Dentro do imenso Rione Monti se organiza este Bairro dos Pantani (...), que rapidamente se liga àquele da Suburra, mesmo permanecendo distinto. Entre os séculos XVI e XVIII edifícios religiosos e construções civis ocultam quase todos os vestígios da Roma Antiga. Casebres, casas, palacetes, conventos, mosteiros, priorados, conservatórios, hospícios, orfanatos, igrejas e superfetações de todo o tipo se apoiam, se sobrepõem, ocupam as grandes obras do passado (Sanfillippo, 1993, p. 111, Tradução nossa).

O popular Bairro dos Pantani revelava uma interessante ocupação onde edifícios barrocos e um casario denso se apoiavam e se sobrepunham aos restos dos monumentos da Roma republicana e imperial; ruínas muito danificadas pelo espólio que era praticado desde o início da Idade Média e pela ação natural do tempo. Os quarteirões se estendiam até a base da Colina do Campidoglio e alcançavam a maior praça da zona – o Campo Vaccino, vazio que se abria justamente onde antes se encontrava o monumental Fórum Romano republicano: uma praça desenvolvida longitudinalmente entre o Campidoglio e a estrutura arruinada do Coliseu, na qual uma ocupação edilícia formada por construções residenciais alinhadas dividiam o espaço com importantes igrejas: San Giuseppe de’ Falegnami (também conhecida como San Pietro in Carcere).

A fabulosa Igreja barroca de Sante Luca e Martina, projetada por Pietro da Cortona; Sant’Adriano, templo cristão que apresentava uma feição interna devida à “restauração” barroca da antiga Cúria do Senado romano; Igreja de San Lorenzo in Miranda, dramático edifício barroco construído através da apropriação das estruturas preexistentes do Templo de Antonino e Faustina; o Templo de Rômulo, ruína que também sofreu intervenção barroca e que passou a acolher o átrio de acesso à Basílica cristã de Santi Cosma e Damiano; a Igreja de gosto palladiano de Santa Francesca Romana; a Igreja barroca de Santa Maria Liberatrice (Lombardo, 2006). Além desta edilícia monumental,

a aparição dramática no vazio da praça de vestígios parcialmente enterrados de ruínas romanas – do Templo de Vespasiano, do Templo de Saturno, da Coluna Foca, do Templo de Castor e Polux, do Arco de Settimo Severo, mais ao fundo da Basílica de Constantino e do Arco de Tito, e a imagem distante das ruínas do Coliseu – gerava, em oposição às construções modernas, uma paisagem trágica e fascinante. Para além disso, o Campo Vacino era um verdadeiro respiro em relação aos densos e populares Bairros dos Pantani e da Suburra; um vácuo que se abria abaixo das imponentes Colinas do Campidoglio e do Palatino.

Nada da trama barroca deste ambiente configurado na Roma papal sobreviveu aos arqueólogos. As escavações já começaram no início do século XIX:

A história das escavações nas zonas dos Fóruns foi iniciada na época napoleônica seguindo o critério de escavar em torno aos monumentos emergentes de modo a chegar às suas fundações e vê-los e conhecê-los em sua inteireza. Foi escavado, assim, um buraco em volta da Coluna de Foca, depois uma fenda em torno do Arco de Settimo Severo; uma zona mais ampla em volta da Coluna Trajana viabilizando a descoberta também de uma parte do Fórum de Trajano. Em um segundo momento, na área do Fórum Romano se coligaram os vários buracos entre si de modo a expelir mesmo as ruínas imediatamente afloradas e reconstruir o complexo em torno aos elementos emergentes individuais. No Fórum Romano este fato ocorreu ao escavar o terreno do Campo Vacino, livre de construções. Mas, nos Fóruns de Trajano, Augusto, Nerva, César, Vespasiano, no Medievo, no Renascimento, em época barroca continuou-se a habitar e a construir e reconstruir sobre os antigos muros romanos, sendo utilizados como fundações seguras (Insolera, Sette, 2003, p. 75 – Tradução nossa).

O primeiro lugar a sofrer prospecções arqueológicas no início dos oitocentos foi o Campo Vacino, através do método de cavar em volta dos monumentos e liberá-los inteiramente. A consequência destes atos foi a geração de uma série de interrupções na antes contínua praça e a perda daquele “tom” trágico que se absorvia nas imagens dos monumentos parcialmente cobertos pelos sedimentos. Em um segundo momento, como afirma Insolera e Sette,

os “buracos”, de aproximadamente oito metros de profundidade, oriundos das escavações pontuais dos mais diversos vestígios da Roma antiga, se encontrariam (Il. 1).

Até a passagem do século XIX para o XX já havia sido “liberada” toda a área do Campo Vacino, através, inclusive, da demolição de alguns quarteirões aos dois lados da antiga praça – especialmente triste o desaparecimento do casario que limitava a face nordeste do Campo Vacino, edificações alinhadas entre as Igrejas de Sant’Adriano e San Lorenzo in Miranda; as construções foram arrasadas em nome da libertação das fundações da republicana Basílica Fulvia-Aemilia. Foram preservadas, mas totalmente desambientadas, em “ilhas” acima das escavações, quase todas as igrejas barrocas supracitadas. A praça barroca se transformaria no parque do Fórum Romano; um desnível no meio à cidade, que além das ruínas que já se sobressaíam no Campo Vacino, revelaria ao transeunte as fundações dos outros antigos edifícios do Fórum – com exceção de uma ou outra ruína levantada por anastilose.



Il. 1: Gravura de Félix Benoist, 1870. Vista do Fórum Romano com destaque para o Arco de Settimo Severo, para as colunas remanescentes do Templo de Vespasiano e para as ruínas da pronao do Templo Saturno. Nesta ocasião os vestígios destes monumentos já haviam sido liberados dos sedimentos e habitavam a mesma área de escavação.

Fonte: Lombardo (2006, p. 119).

Pior sorte teve o setor onde antes se levantavam as estruturas dos Fóruns Imperiais, sobrepostos desde o Cinquecento pelo Bairro dos Pantani. Neste caso, as escavações iniciadas também com Napoleão em princípios do século XIX – como a Coluna de Trajano, por exemplo – acarretariam, inevitavelmente, em ações de destruição de partes inteiras do tecido urbano. Finalmente entre as décadas de 1920 e 1930, por ordem de Mussolini, o bairro quinhentista foi totalmente arrasado por recomendação de seu mais influente arqueólogo, Antonio Muñoz, e com o apoio de quase todo o seu *staff*. Mas estas iniciativas não são susceptíveis de análise se não cotejadas com os desventramentos praticados na Colina Capitolina e seu entorno, e nas áreas da Piazza Venezia, Piazza San Marco, Piazza Aracoeli, logo à frente.

## **ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO II: A LIBERAÇÃO DA COLINA DO CAMPIDOGLIO**

Até o governo fascista, nunca os arqueólogos haviam tido tanta participação na definição dos destinos de uma cidade; oportunamente o regime oferecia-lhes inúmeras possibilidades de trabalho e de assumir cargos importantes nas esferas de poder. Comandados pelo mais radical de todos, Antonio Muñoz, diretor e inspetor geral da Antiguidades e das Belas Artes do *governatorado* da capital, os arqueólogos estiveram à frente das intervenções viárias que definiriam a atual feição desolada que se retira das áreas em volta de todo o Monte Capitolino, da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais.

Inicialmente, trabalhando nas encostas e nas áreas vizinhas à Colina do Campidoglio, a ideia dos arqueólogos e de Mussolini era eliminar todas as construções medievais e renascentistas que estivessem assentadas no monte e na sua base, nas proximidades do Monumento a Vittorio Emanuele II – construído a partir de finais do século XIX, já causando grandes danos e demolições. O objetivo desta grande empresa demolidora era impulsionar a descoberta de outros vestígios da Roma antiga, e mais especificamente revelar a Rupe Tarpea, a mitológica rocha descrita pelos historiadores romanos de onde eram jogados os condenados.

Mas a fúria destrutiva de Muñoz não pôde ser contida e acabaria alcançando uma dimensão extraordinária: após a demolição das áreas nas

proximidades da Cordonata de Michelangelo (a rampa que levava à Piazza del Campidoglio), e depois das profundas escavações empreendidas na colina – em sua parte superior e na encosta, na área já esvaziada –, constatou-se que a Rupe Tarpeia não se assentava no lugar em que se acreditava, e sim exatamente no lado oposto, na face sul do monte (Cederna, 2006, p. 130); incansável, o arqueólogo ordenou que fosse feita tabula rasa das construções remanescentes e dos quarteirões que ainda obstruíam o monte para liberá-lo completamente, particularmente a área das proximidades da bela Piazza Montanara e da Via della Consolazione (que alcançava as escavações do Fórum por trás do monte). Deste modo, seria viabilizada a descoberta da rocha e seria aberta a possibilidade de se apreciar todo o acidente geológico da Colina do Campidoglio, sendo preservados apenas o Palazzo Cafarelli, a Igreja de Santa Maria in Aracoeli e a Piazza del Campidoglio. (Il. 2)



Il. 2: Demolições na Colina do Campidoglio em 1929 para a redescoberta e liberação da Rupe Tarpeia. À frente, as casas do Campidoglio diante da Igreja de Santa Maria em Aracoeli em processo de aniquilamento. Fonte: Insolera, Sette (2003, p. 56).

Entretanto, outra motivação levaria Mussolini e Muñoz a dar prosseguimento as estas ações: a abertura da Via del Mare, grande corredor de tráfego que, a partir da Piazza Venezia, contornaria a Colina Capitolina desventrando o tecido urbano dos Rioni Campitelli, Sant'Angelo e Ripa, arrasando a Piazza di Aracoeli, a Piazza Montanara, a Piazza Boca della Verità, até chegar ao Circo Massimo, de onde seguiria em direção ao mar.

A insana arqueologia e o tráfego massivo aniquilaram a Praça de Aracoeli, ambiente que se configurava como a suave abertura do eixo perspectivo que nascia na praça onde se assentava a Igreja de Il Gesù e a unia, em um majestoso enquadramento perspectivo, à Cordonata e à íngreme escadaria que brotava contígua à rampa de Michelangelo e depois galgava a Colina Capitolina para atingir à Igreja de Santa Maria in Aracoeli. A acolhida e direcional Praça de Aracoeli foi tragicamente unida à imensidão árida e desarticulada da Piazza Venezia, para depois formar a movimentada artéria da Via del Mare.

Mais à frente, para isolar o Teatro di Marcello e a Igreja de San Niccolò in Carcere, foram jogadas abaixo a inúmeras construções que se estendiam entre os dois monumentos, bem como todos quarteirões que compunham a Piazza Montanara, a preferida de Goethe (Insolera, Sette, 2003, p. 64), que desapareceria totalmente na pavimentação asfáltica da nova via de circulação (Il. 3). Também seriam apagados os limites construtivos da Piazza Boca della Verità, incorporada ao eixo de tráfego – pontuado por edifícios do poder fascista vagando dispersos nos trechos da avenida.

### **ARQUEOLOGIA DA DESTRUIÇÃO III: A VIA DELL'IMPERO E AS ESCAVAÇÕES DOS FÓRUNS IMPERIAIS**

Dando prosseguimento às mutilações fascistas na área, como complemento das intervenções de liberação da Colina del Campidoglio e da abertura da Via del Mare, Mussolini ordenaria o total aniquilamento do Bairro dos Pantani e adjacências em nome da escavação das ruínas dos Fóruns Imperiais e da abertura da retilínea Via dell'Impero – avenida que, após contornar o monumento a Vittorio Emanuele II, daria continuidade à Via del Mare, cortando a área dos Fóruns, passando pelo Coliseu e subindo em direção à Igreja de San Giovanni in Laterano. (Il. 4)



Il. 3: Desventramentos, nos anos 1920, para a liberação do Teatro di Marcello e abertura da Via del Mare.

Fonte: <https://www.trastevereapp.com/via-tor-de-specchi/>. Acessado em: 3.ago.2024.



Il. 4: Demolições, em 1931, de diversos quarteirões no Bairro dos Pantani para a liberação do Fórum de Trajano.

Fonte: Insolera, Sette, 2003, p. 80.

Insolera resume a enorme contradição explicitada no confronto entre a ação que teria impulsionado o empreendimento – a escavação dos Fóruns de César, Augusto, Nerva, Vespasiano e Trajano – e aquela que foi a real motivação da empresa: a abertura da monumental Via dell’Impero:

A incultura era acompanhada sempre pela incoerência; o efeito das escavações não foi o de nos mostrar o conjunto dos Fóruns Imperiais como César, Augusto, Nerva, Vespasiano, Trajano os tinham construído e como os romanos os haviam utilizado por tantos séculos. Sobre a maior parte dos Fóruns foi aplicada a plataforma de concreto da Via dell’Impero, sepultando sob uma camada bem mais dura quase tudo que deveria ser escavado. Ao fim restaram, escondidos sob a avenida e os canteiros, cerca de 97% do Fórum de Trajano, 54% do Fórum de Augusto, 8 % do Fórum de Nerva, 60% do Fórum de César e todo o Fórum de

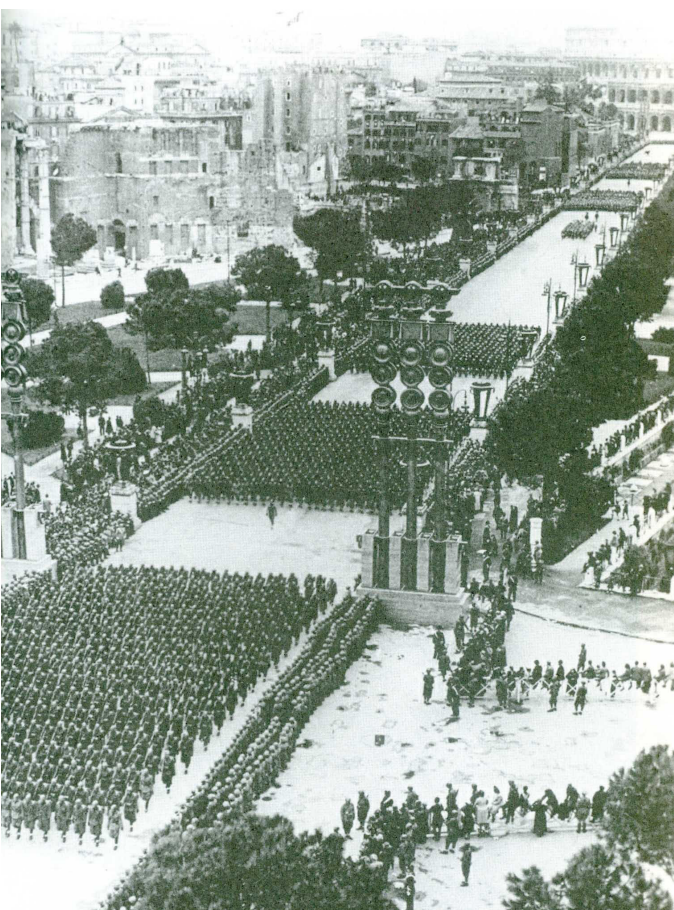
Vespasiano. (...) Além disso, a enorme plataforma da Via dell'Impero quebrou em duas partes o ambiente unitário dos fóruns: de um lato o Fórum Republicano e aquele de César, do outro a parte extrema dos Fóruns de Nerva, de Augusto, de Trajano. Uma das grandes características da Roma antiga foi propriamente a continuidade dos Fóruns, a retomada de um imperador a outro deste único tema: a ampliação do centro de Roma através de uma série de intervenções prostradas por séculos. Dar-se conta disso é hoje tão impossível quanto antes dos desventramentos fascistas (Insolera, 2001, p. 132-133, Tradução nossa).

As demolições radicais empreendidas pelo governo fascista aboliram uma paisagem singular configurada por acúmulos e transformações que duraram centenas de anos, tempos marcados pela interessante sobreposição de um tecido edificado denso, de monumentos barrocos e ruínas de edifícios romanos dos Fóruns Imperiais. Nada sobrou: casas, igrejas, conventos, ruas, quarteirões – mais de 5500 vãos habitacionais arrasados (Insolera, 2001, p. 130).

Contraditoriamente, como revela Insolera (2001), os próprios arqueólogos e arquitetos ligados ao regime fascista se curvaram e aceitaram a perda de bem mais da metade do imenso sítio arqueológico. Também não contestaram – pelo contrário, incentivaram – a divisão da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais pela avenida, fraturando não só o preexistente tecido barroco, totalmente pulverizado, mas a própria continuidade da área arqueológica.

Muñoz prosseguiria como o grande manipulador dos dados das escavações ao afirmar a ausência de valor da Colina della Velia, que se levantava ao lado do Fórum Romano, na altura da Basílica de Massenzio e nas proximidades do Coliseu – elevação que guardava importantes vestígios arqueológicos da Roma republicana e imperial, além de se posicionar como essencial referência histórica e paisagística para esta área da cidade (Cederna, 2006, p. 134). A colina deveria ser completamente aplainada visando a regularidade da Via dell'Impero e em nome do desejo de Mussolini de vislumbrar o Coliseu desde o balcão do Palazzo Venezia (localizado a um quilômetro do anfiteatro), de onde fazia seus discursos inflamados. Ao final de 1932, quando já havia sido desaterrada a Velia e a última casa que interrompia a avenida acabava de ser

demolida, o Coliseu finalmente pôde ser apreciado desde o palácio. Mussolini exclamaria: “Roma tem agora, em seu centro, uma avenida verdadeiramente adaptada para suas grandes paradas militares, até hoje confinadas na periferia e no campo” (Mussolini *apud* Cederna, 2006, p. 182 – tradução nossa). (Il. 5)



Il. 5: Parada militar em honra ao chanceler alemão Adolf Hitler na Via dell’Impero (inaugurada em 1932). Nada sobrou do Bairro dos Pantani e a maior parte dos Fóruns Imperiais ficaram debaixo da monumental avenida. Fotografia de 1938. À esquerda percebe-se as parcas escavações do Fórum di Nerva e, à frente, as ruínas do Coliseu, visíveis após o desmonte da Colina della Velia. Fotografia de 1938.  
Fonte: Cederna, 2006, p. 172-173.

Para viabilizar tais iniciativas destrutivas, era necessário convencer o público da ausência de importância e do caráter mesquinho daquilo que se perdia irremediavelmente. Cederna demonstra a estratégia de difamação do tecido urbano preexistente, das áreas concebidas nos “séculos de decadência”, utilizada por Mussolini e pelos fascistas para justificar a eliminação das construções centenárias, bem como para expulsar milhares de pessoas que viriam a constituir a primeira periferia pobre e degradante da capital italiana:

Vale a pena recordar também o léxico usado para aniquilar o inimigo, uma vez que a cidade antiga, antes que um conjunto unitário que deve ser respeitado e saneado em bloco, vem a ser considerada um ajuntamento de objetos a isolar, selecionar, esquarterar, com arbitrário e gratuito discernimento. Como em qualquer guerra que se respeita, a arma preventiva mais adequada é a ridicularização e a difamação: os bairros de origem medieval sobre as encostas do Campidoglio e aqueles de gênese renascentista ao seu pé veem reduzidos a amontoados de “casebres”, “choupanas”, “palhoças”, “barracos”, “casinhas”, sempre definidos como “indignos”, “indecorosos”, “encardidos”, “miseráveis”, “vergonhosos”, “insignificantes”, “sórdidos”. As igrejas (foram destruídas mais de quinze) são reduzidas a “igrejinhas”, “capelinhas”: a magnífica, selvática, arqueológica Colina da Velia ao lado da Basílica de Massenzio, com seu jardim quinhentista que encerrava séculos de história romana, torna-se uma “verruga”, uma “corcunda”, uma “corcova”. Tudo o que não é “obra de arte”, tudo o que é testemunha, continuidade de tecido construtivo, documento da cultura material é uma “ofensa à beleza e à decência”, um “montão de ninharias”, “pitoresco imundo”, “costume local” (quem os habita são “regateadores”, “gentinha”, “indivíduos a expulsar”) sobre os quais só podem derramar lágrimas qualquer “retardatário”, qualquer “incurável chorão”, qualquer “velha *miss* inglesa”. Quanto aos restos romanos que não são monumentos, são chamados de “escombros” a serem varridos (verdadeiramente Mussolini em seu tempo havia definido todos os levantamentos arqueológicos como nada mais que “cacos de pedra e caliças, veneráveis só no mofo e para os imbecis”), e aqueles que os quisessem conservar são tomados pela “tola mania das ruínas” e pela “estúpida mania das velhas pedras” (Cederna, 2006, p. XXIII-XXIV – Tradução nossa).

## CONCLUSÃO

As intervenções praticadas após o Risorgimento, e especialmente as realizadas na era fascista, conseguiram descontinuar um imenso trecho da cidade de Roma e fragmentar sistematicamente sua paisagem urbana. Foi gravemente danificada a paisagem urbana da área da Colina do Campidoglio,

despida de seu rico entorno de formação medieval, renascentista e barroco – conjugada com o ambiente arqueológico do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais, por sua vez, fraturado pelas escavações e totalmente alterado pelo aniquilamento do Bairro quinhentista dos Pantani, ao pé dos Montes Quirinale e Viminale. As áreas que antes envolviam as Praças Venezia, San Marco, Aracoeli, ambientes recolhidos – com uma escala condizente à produção dos contrastes dimensionais que valorizavam hierarquicamente os monumentos que despontavam, circunstâncias que revelavam absoluta sintonia com os mecanismos de evidência de eventos dramáticos apropriados pela Roma barroca – foram unidas em um grande vazio que absorveria o tráfico de quatro das maiores artérias de circulação modernas: Via Nazionale, Corso Vittorio Emanuele II, Via del Mare e Via dell’Impero, além da ancestral e histórica Via del Corso, gerando o mais caótico e desagradável ambiente do centro da cidade.

Ou seja, as intervenções de liberação concebidas em nome da arqueologia e da história destruíram a relação dimensional entre diversos monumentos e o seu singelo contexto, contraste que só potencializava a proeminência das obras mais significativas; os desventramentos para abrir avenidas de tráfego separaram partes da cidade antes ligadas por intrincadas tramas históricas e cenográficas; as escavações contribuíam para gerar a descontinuidade em numerosos trechos do tecido urbano; e algumas áreas foram mesmo pulverizadas, como o complexo formado pela Piazza Venezia, pelo Campidoglio, pelo Fóruns Imperiais e pelo Fórum Romano.

## REFERÊNCIAS

- CEDERNA, Antonio. *Mussolini urbanista*. Venezia: Corte del Fontegno, 2006.
- INSOLERA, Italo. *Roma moderna*. Torino: Giulo Einaudi, 2001.
- INSOLERA, Italo; PEREGO, Francesco. *Storia moderna dei Fori Romano*. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- INSOLERA, Italo; SETTE, Alessandra Maria. *Roma tra le due Guerre: cronache da una città che cambia*. Roma: Palombi, 2003.
- LOMBARDO, Alberto. *Vedute del Foro Romano*. Roma: Palombi & Partner, 2006.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: paesaggio ambiente architettura*. Milano: Electa, 2007.
- SANFILIPPO, Mario. *La costruzione di una Capitale: Roma 1911-1945*. Milano: Silvana, 1993.